



MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

ABERTURA

Aos quatro e cinco dias de abril de dois mil e um, na sala de reunião “**Conselheiro Omilton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Centésima Sétima Reunião Ordinária do CNS.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da centésima sexta reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde foi aprovada por unanimidade.

INFORMES

01. Opções de empresas aéreas para os deslocamentos dos conselheiros: O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou sobre as mudanças das companhias aéreas que efetuam o transporte dos conselheiros, solicitando aviso por escrito à coordenação, caso essa mudança traga problemas de irracionalidade para algum dos conselheiros.

02. Alterações na pauta: troca entre os itens 02 e 08. Antecipação do item 12 para os primeiros trinta minutos do item 04: O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou sobre a necessidade da troca dos itens supra-citados.

03. Coordenação da CISME - Comissão Intersetorial de Saúde Mental: A Conselheira **Vera Lúcia Marques Vita** discorreu sobre a importância da III Conferência Nacional de Saúde Mental, abordando a situação do tratamento de doentes mentais. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** ressaltou a importância e o contentamento do Conselho Nacional de Saúde com a aprovação da Lei Paulo Delgado. A Conselheira **Zenite da Graça B. Freitas** complementou lembrando que o Dia Mundial de Saúde poderia ser aproveitado para reforçar a solicitação da III Conferência Nacional de Saúde Mental.

04. Coordenação da CICT - Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia: O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** relatou que a comissão havia se reunido na véspera, abordando os seguintes temas: **a)** criação de lei ordinária gerando novo tributo, a partir de 2002; **b)** CICT e CONEP; **c)** desenvolvimento de diretrizes para ciência e tecnologia para os próximos dez anos no país; **d)** adiamento do debate da agenda.

05. Coordenação da CIST - Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador: O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** relatou que na reunião desta comissão fora aprovada a agenda para dois anos, fazendo as seguintes recomendações: **a)** acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei nº 1377; **b)** aprovação do plano de trabalho; **c)** substituição do instituto ETHOS na composição da comissão pelo SESI; **d)** integração da área de meio ambiente na composição do grupo executivo de saúde do trabalhador; **e)** apoio à iniciativa da portaria número 6 do MTE; **f)** incorporação de ações de saúde do trabalhador no conjunto de responsabilidades municipais/NOAS; **g)** CONASS/CONASEMS para a criação de comissões de assessoramento na área de Vigilância Sanitária e epidemiológica; **h)** apresentação da política nacional de saúde do trabalhador ao CNS.

06. Renuneração de resolução anterior (GT para área farmacêutica): O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que este documento fora renumerado para Resolução nº 311. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** reclamou a inclusão da ABRASP nas entidades citadas na resolução. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** solicitou esclarecimento sobre a ausência do CONASS e do CONASEMS nesta comissão.

07. Contato com a SESU/MEC: O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** comentou o encontro que teve com o Secretário **Antônio Figueiredo**, da SESU, em que foram discutidos pontos relevantes para o MEC e para o CNS. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** sugeriu que o mesmo procedimento de aproximação fosse adotado para com o Conselho Nacional de Educação

08. Contato com a CDU/CF: O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou sobre a exposição do atual projeto de saneamento e do projeto de lei que está sendo apresentado no Congresso Nacional. Informou ainda que o prazo para discussão no Congresso fora prorrogado.

09. Contato com a Câmara de Seguridade Social e Família-CSSF/CD: O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a Deputada **Laura Carneiro** fora recentemente empossada como presidente dessa comissão e todas as articulações entre esta e o CNS foram retomadas.

10. Prevenção do diabetes - Lei estadual/SP: A Conselheira **Maria Irene Monteiro Magalhães** informou que, em São Paulo, fora aprovada a Lei nº 898/99, sobre prevenção e atenção ao diabético pelo SUS, e tramita no Congresso Nacional uma lei federal sobre o mesmo assunto.

11. Implementação da Deliberação/CNS no. 001 da 106ª reunião (área da saúde suplementar): Antecipado.

12. Anteprojeto de Lei "ressarcimento dos hospitais universitários e de ensino da assistência aos consumidores de planos e seguros privados": O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** relatou que o senador **Lúcio Alcântara** apresentara uma redação preliminar desse projeto, e fez uma breve descrição do mesmo. Informou que no mesmo período o CNS também tinha feito estudos sobre o assunto, que foram enviados para o senador e considerados pelo relator.

13. Aspectos da realidade dos prestadores privados do SUS: A Conselheira **Carmem Maria Bruder da Fonseca** informou que os hospitais conveniados ao SUS estão endividados e caminhando para a falência, em decorrência do pagamento da tabela SUS. A Conselheira solicitou um ponto de pauta para a reunião seguinte. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** concordou e solicitou a remessa do material referente ao informe à comissão de coordenação geral da pauta.

14. Projeto de capacitação de conselheiros de saúde e membros do Ministério Público: O secretário de investimentos do Ministério da Saúde, Sr. **Geraldo Biazotto**, ressaltou a importância deste projeto para a área de saúde, as dificuldades encontradas para implantá-lo e as medidas tomadas para seu funcionamento. A Dra. **Rosane Santos** informou que o Ministério Público estava disposto a fazer um pronunciamento junto ao BID e propôs que o Conselho Nacional de Saúde também se manifestasse em favor do projeto. *A sugestão foi acatada pela mesa.*

15. Situação no CES/Pará: O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que estava havendo um conflito de gestão no Pará, tendo o CNS recebido um dossiê, em que são relatados os motivos do conflito, e explicou o procedimento comumente adotado nessa situação. A Conselheira **Margareth Marta Arilha Silva** solicitou que se formasse um grupo para estudar o assunto e que este se tornasse ponto de pauta. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** endossou o pedido, chamando a atenção para a importância do controle social ter qualidade. A Conselheira **Júlia Maria dos Santos Roland** informou que a CUT também fora procurada. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** alertou para o fato de que este caso se repetia em vários estados. A Conselheira **Zenite da Graça B. Freitas** ressaltou a necessidade da urgência da discussão de assuntos dessa natureza. O Conselheiro **Temístocles Marcelos** solicitou que este assunto se tornasse ponto de pauta para o dia seguinte. A solicitação foi acatada.

16. CMS/Salvador: A Conselheira **Zenite da Graça B. Freitas** informou sobre a situação do Conselho Municipal de Salvador, com a mudança por decreto dos seus conselheiros, e solicitou que a discussão fosse retomada quando da discussão do Conselho Estadual do Pará. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** solicitou o encaminhamento de todos os processos de conselhos ao CONASEMS, para possível articulação. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que o papel do Conselho Nacional começa quando se esgota o papel do Conselho Estadual.

17. Despedida da Conselheira Margareth Martha Arilha Silva: A Conselheira **Margareth Martha Arilha Silva** anunciou a impossibilidade de continuar no CNS.

ITEM 03 - PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE

O Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** leu as considerações formuladas na última reunião da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e citou os quantitativos de médicos e enfermeiros por sexo e por região do país, para fazer uma análise dos dados obtidos. Em seguida, aproveitou a ocasião para ressaltar que a comissão incorporou as contribuições da Conferência Nacional de Saúde para a última versão do documento preliminar da Portaria nº 996. A Conselheira **Gysélle Saddi Tannous** ressaltou a necessidade de ampliação do programa para a inclusão de especialistas que lidam com portadores de deficiências físicas e sugeriu um ponto de pauta ou um informe para na próxima reunião tratar do assunto. *A sugestão foi acatada pela mesa*

ITEM 04 - CRITÉRIOS EPIDEMIOLÓGICOS PARA A FORMULAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS, REGIONAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS DE SAÚDE, E DOS PROJETOS ESPECÍFICOS DE ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** comentou a política de saúde no Brasil e a importância da epidemiologia na área de saúde pública. O Dr. **Jarbas** fez um relato sobre a utilização e atuação da vigilância epidemiológica, elencando as principais dificuldades desta área no país: **1) falta de abordagem multidisciplinar; 2) irracionalidade na escolha das prioridades em saúde; 3) base legal deficiente.** Citou a evolução da coleta de dados epidemiológicos no país e experiências já realizadas na área. Em seguida, fez uma apresentação da distribuição de recursos para as ações de controle epidemiológico no Brasil, citando os critérios de elegibilidade e prioridade, culminando com a apresentação de uma proposta de melhorias e diminuição das disparidades existentes no país. Seguiu-se discussão sobre o tema. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** sugeriu que os indicadores da Portaria nº 393 fossem melhor trabalhados e, em seguida, abordou a iniciativa de intersectorialidade da proposta, recomendando um esforço do Ministério da Saúde de aumentar o destaque do Centro Nacional de Epidemiologia. *O Coordenador Nelson Rodrigues dos Santos propôs a elaboração de um material didático baseado nas falas do Dr. Jarbas, Conselheiro José Carvalho de Noronha, cópia das transparências e síntese do que foi discutido. A proposta foi aprovada.*

ITEM 06 – DIRETRIZES PARA O REGIMENTO INTERNO DA PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE

A conselheira **Zilda Neumann Arns** apresentou um o documento, “Diretrizes para Plenária Nacional de Conselhos de Saúde – Proposta Preliminar”, que fora elaborado pelos conselheiros: **Jocélio Henrique Drummond, Ana Maria Lima Barbosa, Zilda Arns Neumann, Edson de Oliveira Andrade, Temístocles Marcelos e Sérgio Luiz Magarão**, conjuntamente com os representantes das regiões: Nordeste, **José Lourenço das Brotas Neto, José Teófilo Cavalcanti**, Centro-Oeste, **Julio Neves, Maria de Lourdes Afonso Ribeiro**, sudeste, **Maria do Espírito Santos, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho**, norte **Pedro Gonçalves de Oliveira, Raimundo Nonato Soares**, Sul, **Vanderli Machado e Adalgisa Araújo**. *Por fim, o Conselheiro Cláudio Duarte da Fonseca sugeriu que fosse feito um texto base, com os seguintes tópicos: 1) breve histórico; 2) definição; 3) competências; 4) relações com as instâncias e 5) composição. Ao final da discussão, o Conselho Nacional de Saúde decidiu, por sugestão do Conselheiro Diógenes Sandim Martins, pautar o assunto para a próxima reunião. Ainda, deliberou no sentido de incluir no Grupo de Trabalho do assunto em pauta, os seguintes conselheiros: Diógenes Sandim Martins, Gilson Cantarino O'Dwyer e Gysélle Saddi Tannous.*

ITEM 07 – AGENDA BÁSICA DO CNS 2001 – Transferido para a próxima reunião.

ITEM 08 – PROJETO BOLSA ALIMENTAÇÃO E OUTROS TEMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

O Conselheiro **Augusto Alves do Amorim** relatou a primeira reunião da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição, CIAN, da forma que segue: **a) relação dos presentes; b) pretensão de se organizar uma teleconferência sobre alimentação e nutrição; c) apresentação do programa bolsa-alimentação, seguida de comentários; d) a constituição de duas subcomissões, além da sugestão de que o programa fosse ponto de pauta da próxima reunião do CNS.** Em seguida, leu as recomendações e fez comentários sobre a Minuta de Portaria – Bolsa-Alimentação. Seguiu-se uma discussão sobre o

assunto. A Conselheira **Tânia Maria Di Giacomo do Lago** fez uma proposta de encaminhamento de que o tema bolsa-alimentação pudesse ser apreciado ainda nesta reunião. Aprovado.

ITEM 09 – CALENDÁRIO DAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE E DOS ANOS ELEITORAIS

Transferido para a próxima reunião.

ITEM 11 – RELATO DA COFIN/CNS

O senhor **Elias Antônio Jorge**, coordenador adjunto, realizou uma explanação sobre o relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Ministério da Saúde, utilizando-se das seguintes planilhas: **a)** De execução orçamentária e financeira do ano em curso (2001); **b)** De execução orçamentária do ano anterior (2000), em que conste dotação – execução e saldo (cancelamento); **c)** De restos a pagar do ano anterior (2000) inscritos no corrente ano (2001); **d)** De restos a pagar inscritos e pagos no ano anterior (de 1999 em 2000); **e)** De execução orçamentária e financeira de novembro do ano anterior para análise de itens que tiveram sua execução postergada para o último mês do ano. **O Conselho Nacional de Saúde aprovou por unanimidade as sugestões e encaminhamentos apresentados.**

ITEM 12 - ATO PELO DIA MUNDIAL DA SAÚDE - TEMA: SAÚDE MENTAL

Alteração da pauta. O Ministro José Serra não pôde comparecer, sendo representado pelo Secretário da Secretaria de Assistência Social, o Dr. Renilson. O Dr. **Pedro Delgado**, membro da Comissão de Saúde Mental, iniciou seu pronunciamento agradecendo o convite para participar da reunião do CNS. Compuseram a mesa o Dr. **Renilson** e o Dr. **Jacobo Finkelman**, que discursou sobre o Dia Mundial da Saúde, a questão da saúde mental no mundo e o avanço do tema no Brasil. O Deputado **Carlos Mosconi** fez um histórico da tramitação do projeto, do qual foi relator. O Dr. **Renilson** cumprimentou a todos e relatou a importância da escolha, pela OMS, da saúde mental como tema do Dia Mundial da Saúde. Revelou a expectativa do avanço do tratamento das doenças mentais, baseado no apoio familiar e no empenho governamental, sintetizada no lema do Dia Mundial da Saúde "Cuidar sim, excluir não". Finalizou convocando a 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental, a ser realizada até o final de 2001.

ITEM 13 – SUGESTÕES DE PAUTA PARA QUE 108º REUNIÃO E ENCERRAMENTO

O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** elencou os seguintes pontos: **1)** INTEGRASUS – Incentivo de integração do SUS; **2)** Calendário das Conferências de Saúde e dos anos eleitorais; **3)** Agenda Básica do CNS 2001; **4)** O parecer da questão do CES/Pará; **5)** Bolsa- Alimentação; **6)** Diretrizes para o regimento da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde; **7)** Implementação da Emenda Constitucional nº 29; **8)** Discussão do tema Saúde Suplementar; **9)** Programa de Controle Nacional de AIDS para uma apresentação para o CNS; **10)** Transformação do Canal Saúde para canal livre; **11)** possibilidade da criação do GT que fosse informar a Conferência Internacional contra a Discriminação.

EXTRAPAUTA –

1- APRESENTAÇÃO DO PROJETO BOLSA ALIMENTAÇÃO

A Dra. **Denise Coitinho** iniciou sua apresentação afirmando ser essencial a colaboração dos conselheiros para o aprimoramento da proposta. Explicou que a idéia do programa bolsa alimentação é fornecer apoio financeiro para gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos, de famílias de baixa-renda em risco nutricional, mediante o estabelecimento de um pacto de controle e confiança entre os serviços e a população, previstos numa agenda de compromissos bilateral, criando um vínculo entre as famílias carentes e o SUS. Seguiu-se uma longa discussão, da qual participaram os conselheiros **Gyséle Saddi Tannous, Neilton Araújo de Oliveira, Mozart de Abreu Lima, Cláudio Duarte da Fonseca, Maria Natividade G. S. T. Santana, Zilda Arns Neumann, Zenite da Graça B. Freitas, Maria Leda de Resende Dantas, Diógenes Sandim Martins, Júlia Maria dos Santos Roland, Clair Castilhos Coelho, Maria Helena Baumgarten, Sérgio Francisco Piola e Augusto Alves do Amorim**, concluindo por enviar à equipe técnica e à comissão tripartite as sugestões e deliberações aqui obtidas.

2 – QUESTÃO DA SITUAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ – A conselheira **Clair Castilhos Coelho** fez um relato sobre o incidente que ocorreu no Pará, onde houve um problema para determinar quais as entidades que fariam parte do próximo Conselho Estadual de Saúde. Segundo

a conselheira, havia uma corrente que militava a favor da elegibilidade das entidades registradas legalmente, e na posição contrária, os que defendiam que somente as entidades que tivessem legitimidade junto a sociedade poderiam participar da eleição. A discussão ficou intensa de tal modo, que houve a necessidade da Conferência ser interrompida. Após isso, ela foi retomada com a presença do Ministério Público, sendo este órgão responsável pela condução do processo eletivo a partir de então. O processo eleitoral teve continuação, mas o Ministério Público ao notar que não havia nenhuma condição para prosseguir os trabalhos, declarou suspensa a eleição. No dia seguinte, foram retomados os trabalhos, e a eleição fora vencida pelo grupo a favor da "legitimidade". Assim sendo, o grupo vencido, que tinha apoio do Secretário de Saúde, tentou obstaculizar o encerramento da Conferência, não querendo que ata da reunião fosse homologada pelo Ministério Público. Após, muita discussão, o Ministério Público homologou a ata. Diante desse fato, o Secretário de Saúde se apossou de todos os documentos produzidos na Conferência, e trancafiou a sala do Conselho Estadual de Saúde. E ainda, nomeou as entidades que ele achou por correto fazê-lo. *O CNS deliberou pela formação de um GT composto pelos conselheiros: **Gilson O'Dwyer Cantarino, Margareth Martha Arilha Silva, Julia Roland, Artur Custódio e Gysélle Tannous.***

3 - A conselheira **Margareth Martha Arilha Silva** submeteu para aprovação uma recomendação no sentido da realização de um Seminário sobre o seguinte tema: Política de Anticoncepção no SUS, sob a coordenação da CISMU. O CNS aprovou tal iniciativa.

4 - A comissão de Saúde Mental propôs quatro recomendações: **1)** Solicitação ao Senhor Ministro de Saúde, para a convocação da III Conferência Nacional de Saúde Mental; **2)** Discussão no âmbito do Ministério da Saúde do seminário técnico promovido pela SAS/SPS-MS, objetivando a integração das ações de saúde mental no Programa de Saúde da Família; **3)** Apoio do CNS para que seja destinado o percentual de, no mínimo 3% do orçamento da saúde, para a saúde mental nas três esferas de governo; **4)** Encaminhamento por parte do CNS de uma proposta ao MS de que as verbas sejam destinadas aos serviços substitutivos de saúde mental, sejam repassadas fundo a fundo e não através da modalidade convencional, inclusive as previstas no orçamento 2001. *As recomendações foram aprovadas pelo CNS, com a ressalva do Coordenador **Nelson dos Santos**, que nas partes do documento onde constar serviços substitutivos, sejam estes entendidos de acordo com a definição dada pela nova lei, a Lei Paulo Delgado. Ainda, foi aprovada uma moção de aplauso a nova Lei Paulo Delgado.*